

**FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS**  
**INSTITUTO DO ENVELHECIMENTO DA UNIVERSIDADE DE**  
**LISBOA**

**APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO**  
**“DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E ENVELHECIMENTO**  
**DA POPULAÇÃO PORTUGUESA: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS”**

**Premissas e objectivos da investigação**  
**Síntese dos primeiros resultados e tendências**

**Texto de Mário Leston Bandeira**

**Investigador Principal**

**Workshop**

**14 de Maio de 2012**

**Sala Polivalente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**

## **Equipa de Investigação**

Mário Leston Bandeira (Investigador Principal)

Alda Botelho de Azevedo

Maria Cristina Sousa Gomes

Maria Filomena Mendes

Maria Isabel Baptista

Maria João Guardado Moreira

## ÍNDICE

Índice de Figuras e Quadros .....	4
Introdução .....	5
1. PREMISSAS E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO .....	5
O que é o envelhecimento demográfico.....	5
Como envelheceu a população portuguesa.....	8
Emigração e envelhecimento do Interior.....	9
Efeitos da revolução contraceptiva.....	14
Relação entre recuo da mortalidade e envelhecimento .....	17
2. SÍNTESE DOS PRIMEIROS RESULTADOS E TENDÊNCIAS .....	23
Base de Dados .....	23
Análise regional dos grupos funcionais nos momentos censitários – Clusters .....	23
Análise cronológica da evolução dos principais grupos demográficos entre 1950 e 2001.....	24
Desenvolvimento e conclusão do projecto .....	30
Anexo 1. PIRÂMIDES NACIONAIS 1950-2011 .....	33
Anexo 2. EVOLUÇÃO DAS PROPORÇÕES DE JOVENS, ADULTOS E SENIORES, POR DÉCADA, 1950-2011, NUTS III .....	34
Anexo.2.1. Região Norte .....	34
Anexo 2.2. Região Centro.....	35
Anexo 2.3. Lisboa .....	36
Anexo 2.4. Alentejo.....	36
Anexo 2.5. Algarve .....	37
Anexo 2.6. Açores .....	37
Anexo 2.7. Madeira.....	37

## Índice de Figuras e Quadros<sup>1</sup>

Quadro 1. Populações mais envelhecidas, 2010.....	8
Fig.1. Novas gerações e população sénior, Portugal, 1950-2009 (1950 = base 100).....	9
Fig.2. Índices de envelhecimento nos distritos e regiões autónomas, Portugal, 1950 e 1981.....	10
Fig.3. Índices de envelhecimento nos distritos de Braga e de Bragança, 1950 e 1981.....	11
Fig.4. Índices de envelhecimento nos distritos de Lisboa e de Portalegre, 1950 e 1981.....	12
Quadro 2. Índices de envelhecimento, regiões e sub-regiões, 2001.....	13
Fig.5. Indicador conjuntural de fecundidade, Portugal, 1960-2009.....	14
Fig.6. Idade média no nascimento do 1º filho, Portugal, 1990-2009.....	16
Quadro 3. Evolução da proporção de pessoas maiores de 65 anos, por sexo, no conjunto da população – 1950/2001.....	18
Fig.7. Taxa de mortalidade infantil, Portugal, 1960-2009.....	19
Fig.8. Esperança de vida no nascimento, por sexos, Portugal, 1950-2009.....	20
Fig.9. Esperança de vida aos 65 anos, por sexos, Portugal, 1950-2009.....	21
Quadro 4. Sobreviventes aos 70 anos (em %), Portugal, 1960-2002/03 (tábua de mortalidade).....	21
Quadro 5. Evolução da proporção de pessoas com 80 e mais anos no grupo 65 e + anos, Portugal, 1960/2001.....	22
Quadro 6. Evolução das proporções de Jovens, Adultos Activos e Seniores, por década, 1950/2001, Nuts II (em %).....	27

---

<sup>1</sup> A principal fonte de dados, quadros e figuras é o INE (Instituto Nacional de Estatística) e as suas publicações, “Censos” e “Estatísticas Demográficas”.

## **Introdução**

Esta investigação foi encomendada ao Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e tem por objecto descrever e analisar a evolução das estruturas etárias da população portuguesa entre 1950 e 2011, interpretar as causas demográficas das mudanças dessas estruturas e formular perspectivas e calcular projecções quanto à sua evolução no futuro.

Trata-se duma pesquisa demográfica que recorre prioritariamente aos métodos e procedimentos de observação, baseada nas estatísticas do estado e do movimento da população, e de análise dos fenómenos demográficos.

O principal trabalho da equipa de investigação, durante o ano de 2011, consistiu em reconfigurar os dados dos recenseamentos e os dados do movimento da população, a partir dos concelhos, com o objectivo de criar séries ininterruptas, segundo a idade e o sexo e por Nuts II e Nuts III. Foi, deste modo, construída uma nova base de dados.

A conclusão deste trabalho está ainda dependente da publicação pelo INE dos dados definitivos do Recenseamento de 2011, publicação que está prevista para o final do quarto trimestre deste ano. A título puramente especulativo, foram, no entanto já trabalhados os dados preliminares publicados em Dezembro de 2011.

### **1. PREMISSAS E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

#### **O que é o envelhecimento demográfico**

O conceito de envelhecimento demográfico designa, no essencial, a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas. O início dessa mudança coincide em geral com a descida da

natalidade, que, ao substituir gerações mais plenas por gerações mais vazias, provoca a redução da base masculina e feminina da pirâmide e o conseqüente alargamento do peso das gerações mais velhas.

Na hipótese de a natalidade baixar e de, ao mesmo tempo, o risco de a mortalidade diminuir de maneira uniforme em todas as idades, o envelhecimento será sempre automático, porque os sobreviventes nas idades mais elevadas pertencem a gerações mais plenas e passam, por isso, a ser mais numerosos em proporção relativamente aos mais jovens.

Contudo, os desequilíbrios estruturais entre gerações juniores, gerações em idade activa e gerações seniores tenderão a acentuar-se à medida que o aumento das probabilidades de sobrevivência beneficie principalmente as idades pós-activas, o que poderá conduzir a uma rectangularização da curva de sobrevivência e a um envelhecimento do topo da pirâmide demográfica.

Para além do envelhecimento na base, provocado pela baixa da natalidade e do envelhecimento no topo, devido principalmente ao aumento da esperança de vida a partir dos 60 anos, pode-se também falar de envelhecimento com origem em alterações das estruturas etárias intermédias, devidas à emigração de adultos activos.

A influência da descida da natalidade no envelhecimento demográfico sempre foi inquestionável. Quanto ao papel do recuo da mortalidade nesse processo ele é mais complexo e tem suscitado diferentes interpretações.

Em oposição a Notestein, autor da teoria da transição demográfica que, pela primeira vez equacionou a hipótese de um envelhecimento das populações devido à baixa fecundidade, alguns demógrafos insistiram na importância do papel do recuo da mortalidade enquanto factor que ampliava os efeitos de envelhecimento. Para esses demógrafos, o envelhecimento resultava não apenas da baixa da natalidade, mas também da baixa da mortalidade.

Mas esta interpretação foi contestada, por exemplo, por Alfred Sauvy que, em 1954, afirmou que, na medida em que “os progressos da medicina e da

higiene permitiram salvar mais jovens do que idosos”, o recuo da mortalidade, não só não favorecia o envelhecimento, como funcionava como factor de rejuvenescimento por ajudar a fortalecer a base da pirâmide<sup>2</sup>.

Qualquer que seja a causa primeira do envelhecimento demográfico, as mudanças do peso relativo de cada estrutura no conjunto da população são sempre condicionadas pelas dinâmicas demográficas. O envelhecimento ou o rejuvenescimento das populações dependem do “desempenho” da natalidade, da mortalidade e das migrações.

Na medida em que esse “desempenho” é também social, económico, político e cultural, o envelhecimento demográfico, além de demográfico, é também social. O que obriga a uma abertura do campo dos estudos demográficos do envelhecimento para além da sua base metodológica fundamental que é a análise demográfica.

Actualmente, estando estabelecido que o avançado declínio de muitas populações fortemente envelhecidas e com baixíssimo potencial de substituição das gerações e de auto-reprodução é devido à muito baixa natalidade, a atenção da análise demográfica tenderá a concentrar-se principalmente nos efeitos e consequências sobre o envelhecimento do aumento da esperança de vida depois dos 60 anos.

Em síntese, o objecto do nosso estudo é investigar a influência de cada movimento natural ou migratório no processo de envelhecimento português, o que implica analisar, em sequência, a relação entre a emigração, a baixa da natalidade e a baixa da mortalidade e o envelhecimento da população portuguesa, nas suas diferentes componentes territoriais.

---

<sup>2</sup> Alfred Sauvy, (1954), “Le vieillissement des populations et l’allongement de la vie”, *Population*, 4, pp, 675-682

## Como envelheceu a população portuguesa

Estimativas recentes indicam que a população de Portugal é a sétima mais envelhecida do mundo (**quadro 1**).

**Quadro 1. Populações mais envelhecidas, 2010**

PAÍS	GRUPOS DEPENDENTES		ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
	65 E +	<15	
Japão	22,6	13	173,8
Alemanha	20,5	14	146,4
Itália	20,4	14	145,7
Grécia	18,3	14	130,7
Bulgária	17,6	14	125,7
Lituânia	17,4	14	124,3
Portugal	17,9	15	119,3
Áustria	17,6	15	117,3

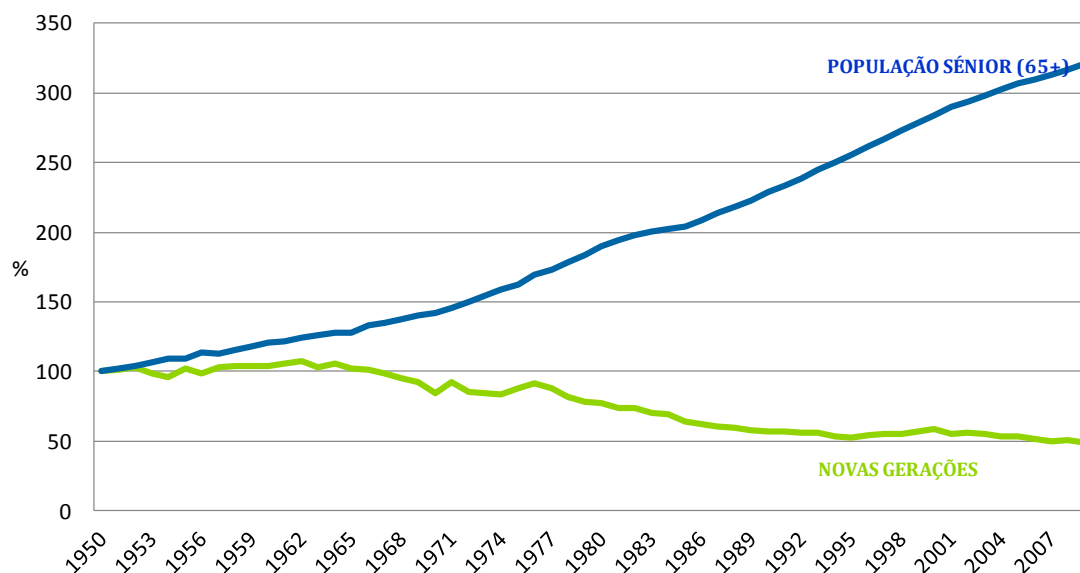
Fonte: Population Reference Bureau, *Fiche de Données sur la Population Mondiale 2010*

Considerando o conceito de envelhecimento demográfico e comparando a evolução das novas gerações com a da população dos maiores de 65 anos, fica estabelecido que o ciclo do envelhecimento da população de Portugal, que continua actualmente em plena expansão, estava lançado desde os primeiros anos da década de 1950 (**figura 1**).

Entre 1950 e 2009, o número de nados vivos em Portugal decresceu 52%, o que reflecte uma elevada perda de dinamismo da natalidade portuguesa, com fortes conseqüências na redução da base de sustentação demográfica. Mas, se compararmos o aumento da população sénior - cuja base 100 em 1950 passa para 321 em 2009 - com essa diminuição do peso das novas gerações, fica

também estabelecido que o fenómeno de seniorização observado durante os últimos 60 anos em Portugal não é exclusivamente obra da baixa da natalidade.

**Fig. 1. Novas gerações e população sénior, Portugal, 1950-2009 (1950 = base 100)**



Outras dinâmicas intervieram durante este processo e essa é a questão central que procuraremos esclarecer na nossa investigação.

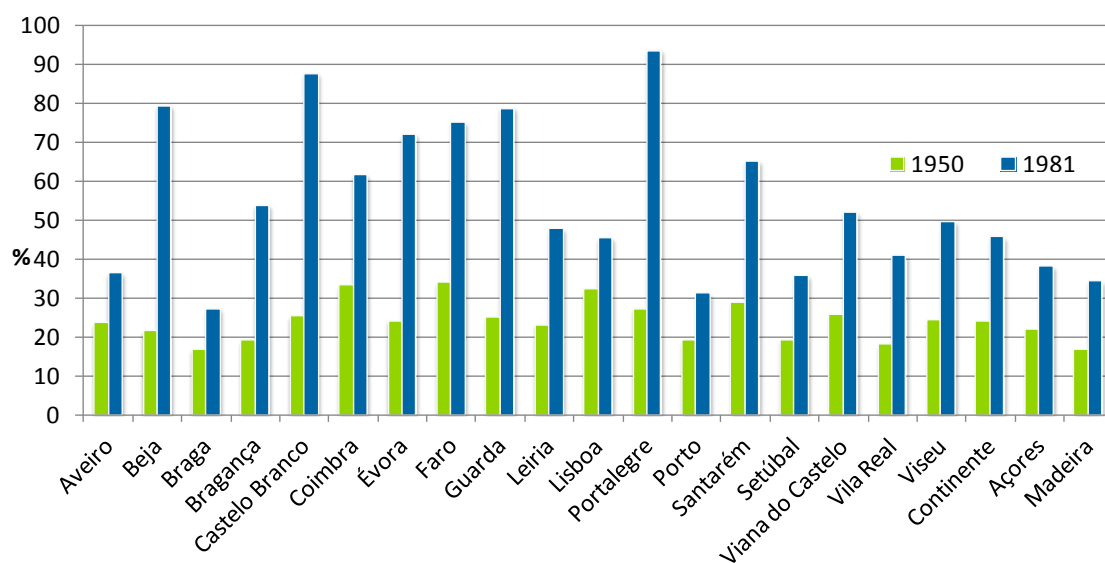
### **Emigração e envelhecimento do Interior**

Cronologicamente, o início do envelhecimento demográfico em Portugal parece ter coincidido com a vaga emigratória que começou a formar-se nos anos 1950 e que tinha como destino alguns países europeus mergulhados na prosperidade das *trente glorieuses*. Essa vaga atingiu o seu pico em meados da década de 1960, prolongou-se até ao final da década de 1970, sendo os fluxos para o estrangeiro compensados em 1975 pela entrada em Portugal de cerca de 600.000 imigrantes oriundos das ex-colónias portuguesas de África.

Entre 1950 e 1981, o índice de envelhecimento da população portuguesa aumentou continuamente em todo o território nacional (**fig. 2**).

Ora, nesta época, a fecundidade em Portugal mantinha-se relativamente estável, subsistindo próxima de 3 filhos por mulher. A história da população portuguesa entre 1950 e 1980 demonstra, por conseguinte, que o processo de envelhecimento demográfico não começa necessariamente com a queda da natalidade. Os seus mecanismos podem ser postos em movimento pelo aumento de balanças migratórias fortemente negativas, que alteram o peso das estruturas etárias intermédias, ou seja, dos adultos activos.

Fig. 2. - Índices de envelhecimento nos distritos e regiões autónomas, Portugal, 1950 e 1981



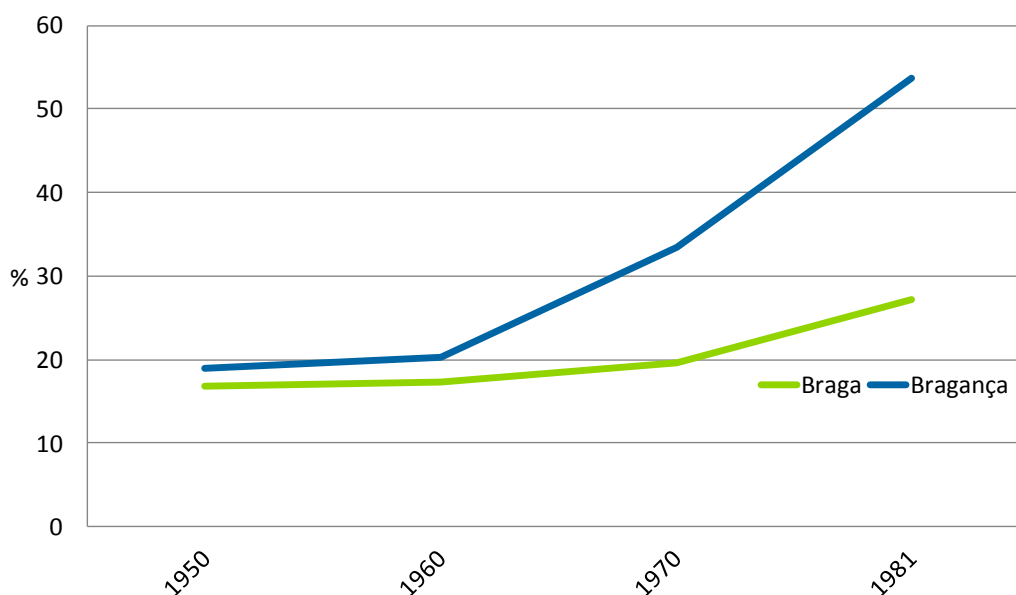
Esta relação entre forte emigração e envelhecimento demográfico é confirmada pelo facto de que o aumento do envelhecimento durante esse período foi mais acentuado em regiões do interior, nas quais a natalidade se mantinha ainda elevada. Foi o caso principalmente dos distritos de Portalegre, de Castelo Branco, de Beja e da Guarda, ou seja, de territórios do interior onde já na década de 1950 começam a ser observados importantes fluxos emigratórios.

Pode-se, assim, dizer que a primeira fase do processo de envelhecimento, causada pela emigração, atingiu principalmente as populações do interior rural.

Esta conclusão pode ser comprovada pela comparação dos índices de envelhecimento em 1951 e em 1981 de dois distritos do Norte (Braga no litoral e Bragança no Interior) e de dois distritos mais a Sul (Lisboa e Portalegre) (figs.3 e 4).

No território do Continente, as mulheres dos distritos de Bragança e de Braga sempre foram, até a uma época recente, as mais fecundas: em 1940, o indicador conjuntural de fecundidade era nestes distritos, de 4,4 e de 4,1 filhos por mulher, respectivamente. Por outro lado, os índices de envelhecimento mantiveram-se baixos e relativamente próximos até 1960 (17,3 em Braga e 20,2 em Bragança). Mas, a partir desta data, a divergência começou a ser notória e em 1981, enquanto o índice de Braga subiu apenas para 27,1%, o de Bragança atingiu 53%.

Fig. 3. Índices de envelhecimento nos distritos de Braga e de Bragança, 1950 e 1981



Ao compararmos os índices de envelhecimento de Lisboa e Portalegre estamos a comparar a população da capital portuguesa cuja fecundidade era a mais baixa do país em 1940 (1,81 filhos por mulher) com uma população do interior que tinha uma fecundidade relativamente elevada (2,96 filhos por

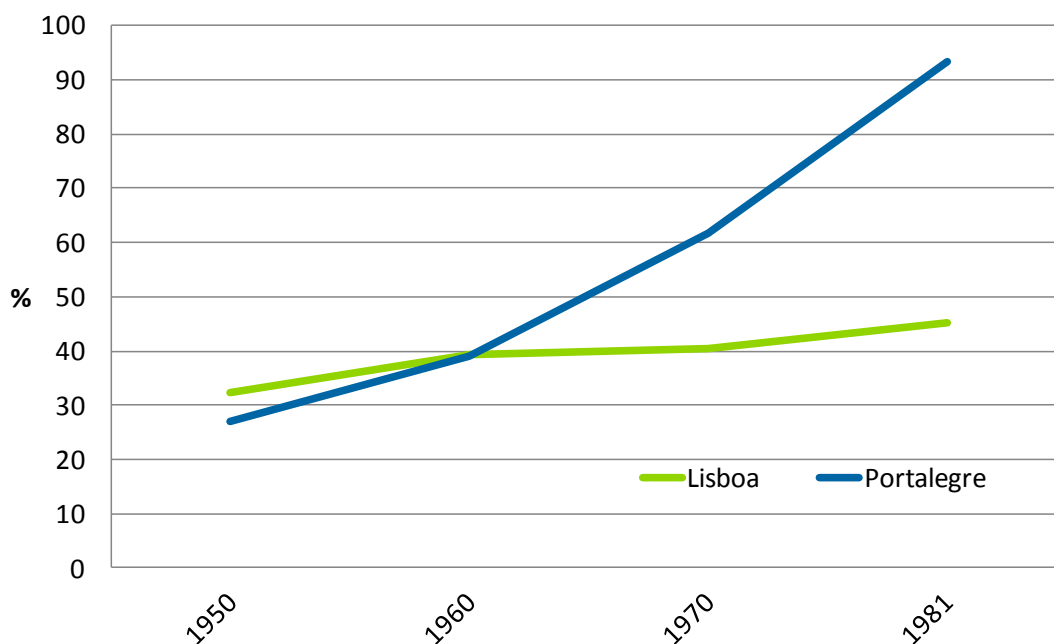
mulher em 1940 e 2,05 em 1981) mas que era a mais envelhecida do país em 1981 (93,4%).

O facto de, entre 1950 e 1960, a fecundidade de Lisboa ser mais baixa do que no distrito de Portalegre pode explicar que o seu índice de envelhecimento fosse durante essa década comparativamente mais elevado. Mas em 1960, as duas curvas do índice de envelhecimento cruzam-se e o índice de Portalegre dispara, atingindo em 1981 um valor que era superior em mais do dobro ao valor do índice de Lisboa (93,4% para 45,2%).

Estas comparações confirmam o efeito do factor emigração no arranque do processo do envelhecimento português, com especial incidência nas populações do interior.

Pode-se, assim, dizer que a primeira fase do processo de envelhecimento, devido à forte emigração, atingiu principalmente as populações do interior rural.

**Fig. 4. Índices de envelhecimento nos distritos de Lisboa e de Portalegre, 1950 e 1981**



As partidas de emigrantes não tiveram como destino apenas alguns países europeus. Durante a década de 1960 o êxodo do interior rural para o litoral urbano contribuiu para acelerar o envelhecimento do interior.

Sendo protagonizados principalmente por jovens rurais em idade activa das regiões do interior, os movimentos de emigração destruíram os velhos equilíbrios demográficos característicos de populações jovens, que era até então o modelo dominante em Portugal. Essas alterações traduziram-se não apenas no alargamento do topo da pirâmide mas também no estreitamento da sua base.

A emigração cavou nas antigas populações rurais do interior um profundo défice humano nas gerações activas e em idade de procriar, o que desencadeou uma tremenda e imparável baixa da natalidade e feriu inexoravelmente o potencial de auto-reprodução dessas populações para o futuro.

Em conjunto, forte emigração e baixa natalidade têm estado na origem do contínuo envelhecimento das populações do interior de norte a sul, como comprovam os índices de envelhecimento de algumas regiões fora da órbita litoral, em 2001 (**quadro 2.**).

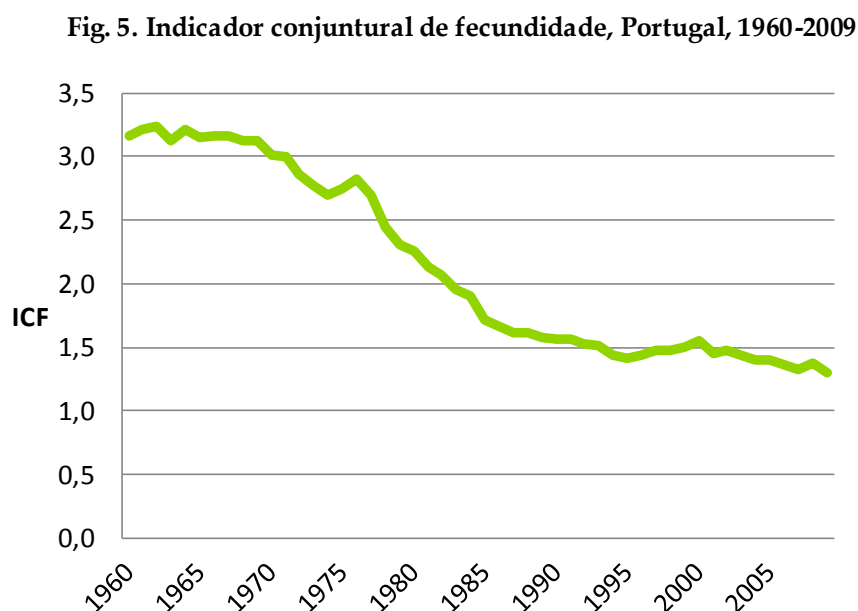
**Quadro 2. Índices de envelhecimento, regiões e sub-regiões, 2001**

REGIÕES E SUB-REGIÕES		REGIÕES E SUB-REGIÕES	
Alto Trás-os-Montes	203,5	Penamacor	521,9
Vinhais	379	Vila Velha de Ródão	556,9
Pinhal Interior Norte	285,2	Alentejo	171,6
Oleiros	466,7	Mora	299,2
Mação	379	Crato	311,1
Beira Interior Norte	210,8	Gavião	433,2
Almeida	313,4	Mértola	344,1
Sabugal	411,8	Algarve	152,2
Beira Interior Sul	236,1	Alcoutim	529,8
Idanha-a-Nova	484,2		

## Efeitos da revolução contraceptiva

A revolução contraceptiva começou em Portugal por volta de meados da década de 1960, época em que o indicador conjuntural de fecundidade era ainda de 3 filhos por mulher. Mas, os resultados desta revolução começaram a ganhar mais expressão a partir da 2ª metade dos anos 70 e os seus efeitos acentuaram-se inexoravelmente a partir do início da década de 1980 (**fig. 5**).

Em 1982, passámos pela primeira vez abaixo de 2,1 filhos por mulher – limiar mínimo que assegura a plena substituição das gerações - e em 1986 o indicador conjuntural de fecundidade fixou-se à volta de 1,6 filhos. Assim, no espaço de pouco mais de vinte anos a procriação das mulheres portuguesas diminuiu para metade. Manteve-se relativamente estável até 2003, ano em que desceu para 1,4. Em 2007, afundou para 1,3, valor em que se mantém actualmente.



Um dos factores demográficos que explica esta evolução é a redução do ciclo fecundo das mulheres, o qual tende a iniciar-se cada vez mais tarde, o que deve ser relacionado com o aumento da idade média ao primeiro casamento e a descida da intensidade da nupcialidade.

O indicador conjuntural da nupcialidade de solteiros sofreu em pouco tempo uma quebra assinalável. Em 1980, por cada 100 homens, 85,9% efectuavam um primeiro casamento. Em 2008, essa proporção passou para 44%, ou seja, uma diminuição de 48,8%.

Trata-se de uma evolução fulminante em pouco mais de 25 anos, com resultados tremendos, uma vez que actualmente mais de metade dos homens (51,2%) não se casam.

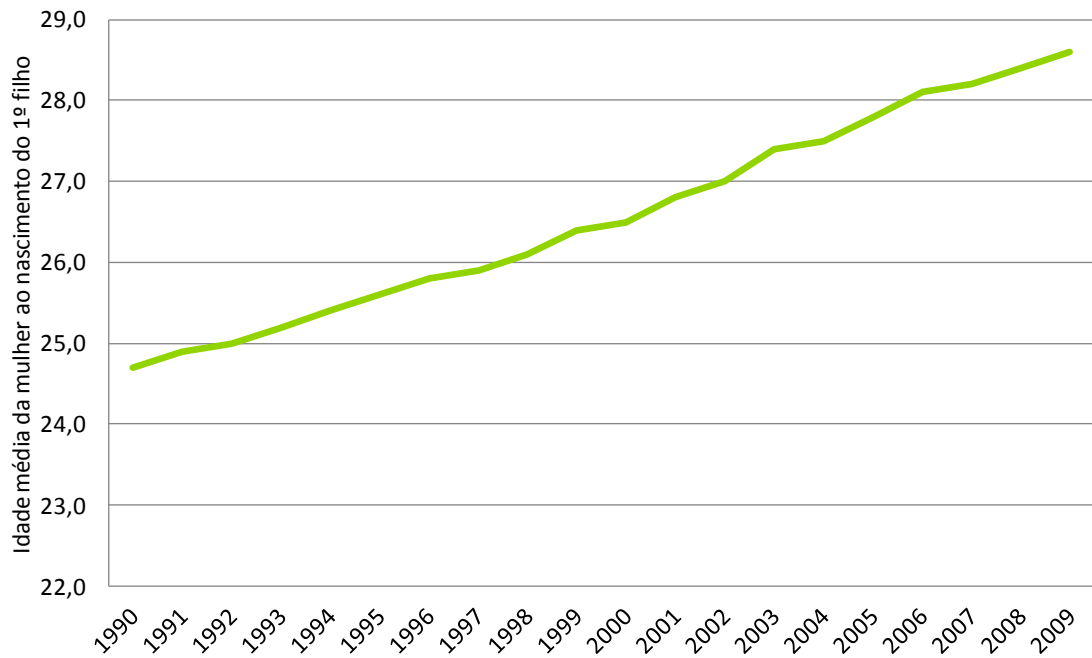
Entre as mulheres a diminuição é um pouco inferior (menos 41,6% de primeiros casamentos), mas o resultado é praticamente o mesmo: 51% das mulheres nunca se casam (83,9 de primeiros casamentos em 1981, 49% em 2008).

Além de casarem cada vez menos, homens e mulheres casam também cada vez mais tarde.

Em 1981, 24,7 anos era a idade média do primeiro casamento dos homens. Em 2008, passaram a casar-se aos 29,7 anos, ou seja um envelhecimento de 5 anos num espaço de pouco mais de 25 anos, o que em termos de tempo demográfico é extremamente curto.

O retardamento do casamento das mulheres foi ainda mais acentuado: mais 6 anos, passando de 22,1 anos em 1981, para 28,1 anos em 2008.

Fig. 6. Idade média no nascimento do 1º filho, Portugal, 1990-2009



Em 1995, a idade média das mães no nascimento do 1º filho era de 25,6 anos, o que já era relativamente tardio; em 2008, ela aumentou para 28,4 anos, ou seja, quase mais 3 anos (**fig. 6**). O início mais tardio da maternidade contribuiu logicamente para que diminuam as probabilidades de as mulheres terem um filho ou de voltarem a ter outro ou mais filhos.

As alterações de calendário da nupcialidade e da fecundidade exprimem inquestionavelmente os efeitos de outro adiamento, que é socialmente estrutural, e que é o adiamento da entrada na vida adulta, motivado pelo prolongamento dos estudos e pelo aumento da precariedade e do desemprego dos jovens.

Testemunham também alguma decadência do prestígio social do casamento e o facto de muitos jovens prezarem mais a sua liberdade e a sua carreira profissional do que o projecto de constituírem família ou uma união estável.

## **Relação entre recuo da mortalidade e envelhecimento**

O papel do recuo da mortalidade no envelhecimento poderá ser a questão central desta investigação.

A pesquisa deverá determinar a influência das alterações dos calendários masculino e feminino da mortalidade e dos respectivos riscos ao longo das idades, no envelhecimento demográfico.

Deve ser posta em causa a hipótese segundo a qual os riscos de mortalidade têm evoluído de maneira uniforme ao longo das idades e independentemente do sexo. A rejeição desta hipótese põe em causa a tese segundo a qual o recuo da mortalidade só numa fase muito avançada desse recuo poderá interferir no envelhecimento demográfico.

A título de exemplo, vale a pena comparar a evolução dos grupos de seniores masculinos e femininos na população portuguesa ao longo das últimas décadas, desde 1950 (**quadro 3**).

Se considerássemos apenas o factor natalidade, excluindo a mortalidade e a balança migratória, teoricamente, a diferença entre homens e mulheres seniores, em qualquer idade, deveria ser sempre favorável aos homens em cerca de 1,07%, correspondente ao facto de que por cada 100 nados-vivos do sexo feminino nascem em média 107 do sexo masculino.

Quadro 3. Evolução da proporção de pessoas maiores de 65 anos, por sexo, no conjunto da

ANO	SEXOS REUNIDOS (%)	HOMENS (%)	MULHERES (%)
1950	7,0	5,7	8,2
1960	8,0	6,6	9,2
1970	9,7	8,1	11,1
1981	11,4	9,6	13,1
1991	13,6	11,7	15,4
2001	16,4	14,2	18,4

população – 1950/2001

Num contexto histórico-demográfico marcado pelo aumento extraordinário da proporção de seniores (de 7,0% para 16,4%), sobressai a particularidade da desproporção entre o peso da população feminina e da população masculina.

Em 1950, a proporção dos homens maiores de 65 anos na população portuguesa era inferior ao das mulheres em 2,5%, o que corresponde a uma perda de 3,57%. Essa discrepância continuou a aumentar atingindo 4,2% em 2001 (o que corresponde a uma perda de 5,27% das gerações masculinas nascidas antes de 1936 em relação às gerações femininas da mesma época).

O menor peso da população sénior masculina em relação à população sénior feminina só muito acessoriamente poderá ser atribuído à emigração, que se costuma considerar maioritariamente masculina. Ela apenas reflecte os efeitos da sobremortalidade masculina.

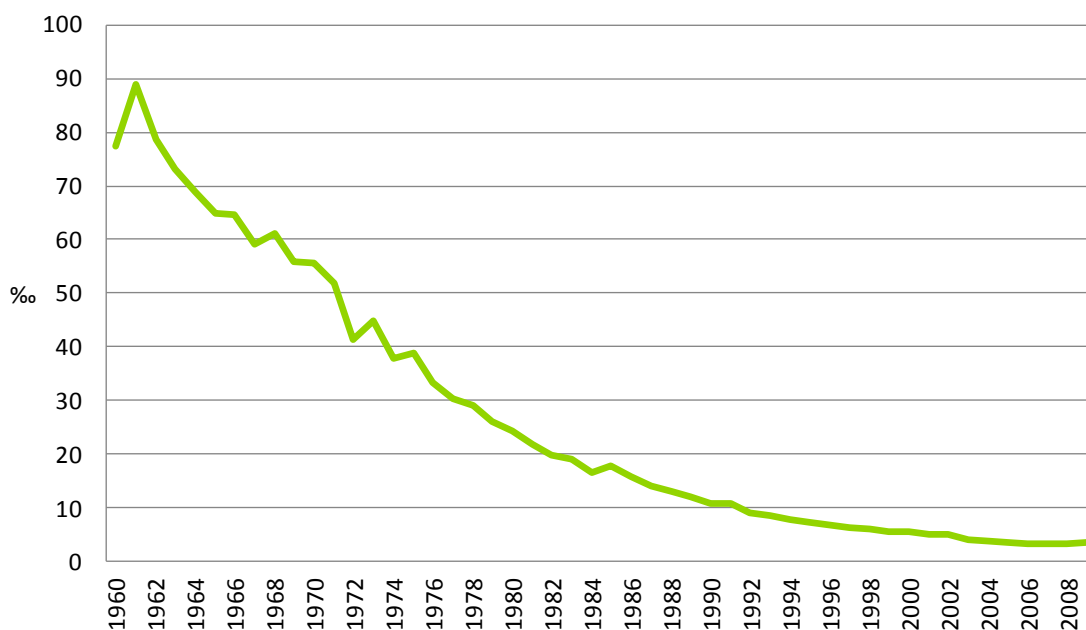
Por outras palavras, a maior duração média de vida das mulheres tem sido um factor responsável por um envelhecimento mais acentuado da população feminina. E essa interferência não é uma tendência recente.

Não podemos, por outro lado, deixar de sublinhar que a sobremortalidade infantil funcionou, até a uma época recente, como um factor agravante do envelhecimento demográfico que contribuiu para o estreitamento da base da pirâmide.

Apesar da substancial descida da mortalidade infantil durante os anos 1980, no final dessa década, a esperança de vida à nascença era ainda inferior à esperança de vida no 1º aniversário.

Actualmente, com uma taxa de mortalidade infantil pouco superior a 3 por mil (**fig. 11**), os progressos sanitários tendem a beneficiar sobretudo a população dos adultos e dos idosos. E isso constitui também um factor de agravamento do envelhecimento da população.

**Fig. 7. Taxa de mortalidade infantil, Portugal, 1960-2009**

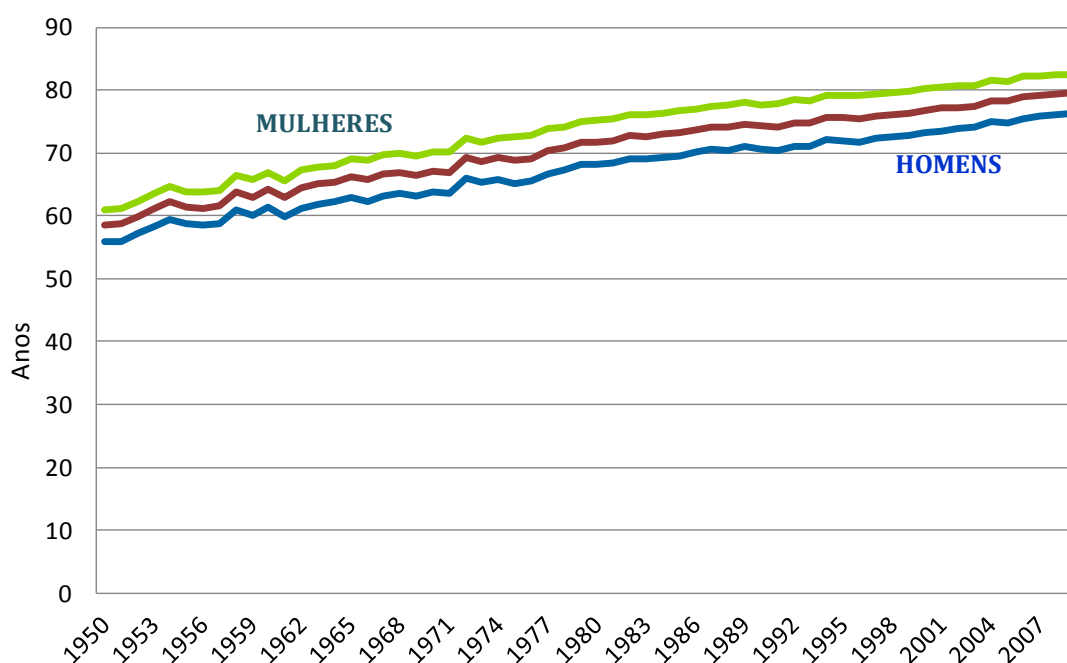


Os desequilíbrios estruturais entre gerações juniores e gerações seniores têm vindo a intensificar-se com a tendência de rectangularização da curva de sobrevivência devida não apenas ao forte decréscimo da mortalidade infantil

mas também à diminuição da mortalidade antes dos 60 anos, considerada prematura.

Passada a fase da sobremortalidade infantil, esta rectangularização, tornou-se a principal causa do aumento da esperança de vida não apenas à nascença (fig. 8) mas também em idades avançadas (fig. 9).

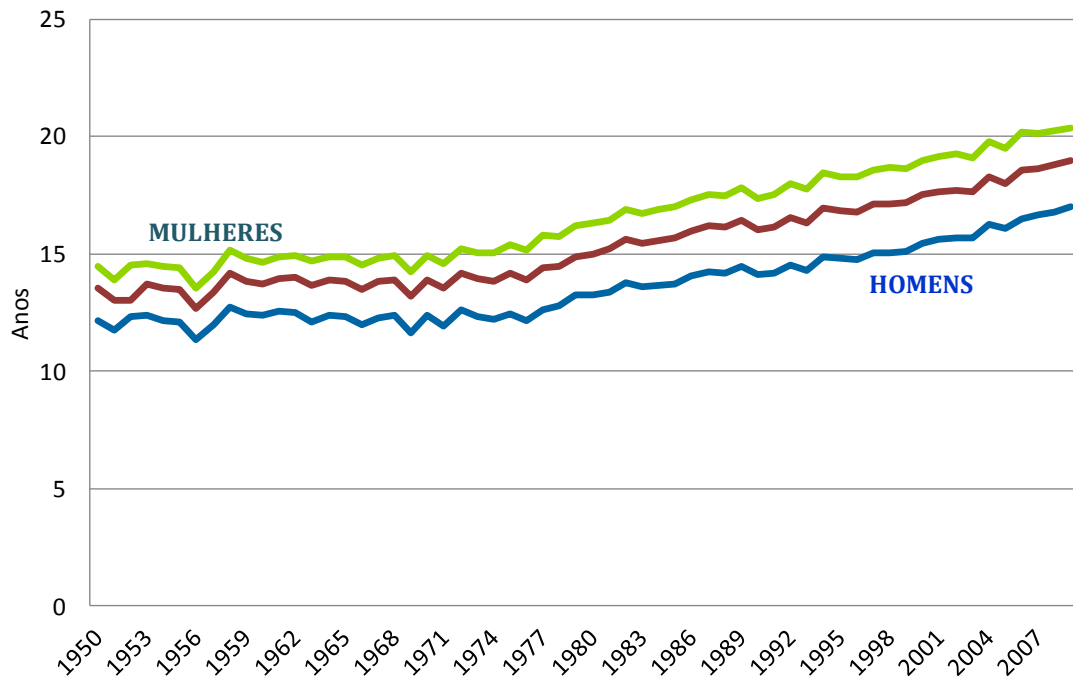
Fig. 8. Esperança de vida no nascimento, por sexos, Portugal, 1950-2009



A esperança de vida à nascença, em 1920/21, em Portugal era de 39,98 anos e aumentou para 79,6 anos em 2009. Ou seja, a duração média de vida em Portugal duplicou em noventa anos. Mas ao longo deste tempo, os ganhos de vida foram sempre superiores entre as mulheres: +42,5 anos, para +40,6 para os homens.

Aos 65 anos, que é cada vez mais considerada como o limiar de entrada na idade sénior, entre 1930 e 2004, os homens ganharam 5,5 anos e as mulheres 6,2, passando, respectivamente de 11,5 para 16 anos e de 13,1 para 19,3 anos.

Fig. 9. Esperança de vida aos 65 anos, por sexos, Portugal, 1950-2009



Esta evolução conduziu a um aumento das probabilidades de sobrevivência em idades mais avançadas, o que é ilustrado pela evolução da percentagem de sobreviventes aos 70 anos desde 1960 (**quadro 4**).

Quadro 4. Sobreviventes aos 70 anos (em %), Portugal, 1960-2002/03 (tábua de mortalidade)

ANOS	SEXOS REUNIDOS (%)	HOMENS (%)	MULHERES (%)
1960	57,9	50,4	64,8
1975	62,8	57,8	72,7
1990/91	72,4	63,6	81,1
2002/2003	78,1	70,5	85,7

Em cerca de 40 anos, a percentagem de sobreviventes aos 70 anos cresceu 20% (20,9% entre as mulheres). Logicamente, tal aumento contribuiu para acentuar o envelhecimento do topo da pirâmide portuguesa: em 2001, no grupo das pessoas maiores de 65 anos, um pouco mais de 20% tinham 80 ou mais anos (**quadro 5**). Questão interessante que importará colocar ao recenseamento de 2011 é a do número de nonagenários e de centenários.

**Quadro 5. Evolução da proporção de pessoas com 80 e mais anos no grupo 65 e + anos, Portugal, 1960/2001**

ANO	HOMENS E MULHERES (%)	HOMENS (%)	MULHERES (%)
1960	15,2	12,6	16,9
1970	15,2	12,5	16,9
1981	14,9	11,7	17,1
1991	19,1	15,5	21,7
2001	20,9	17,5	23,3

O aumento extraordinário da duração média de vida desde há cerca de 100 anos, além de influenciar as mudanças de configuração das pirâmides demográficas que representam os progressos do envelhecimento, obriga-nos a repensar a aritmética das idades, as idades e os ciclos de vida, e, inevitavelmente, o próprio conceito de velhice.

Repensar o conceito de velhice é também tarefa da demografia. Mas é uma tarefa que nesta investigação provavelmente será apenas esboçada.

## 2. SÍNTESE DOS PRIMEIROS RESULTADOS E TENDÊNCIAS

### Base de Dados

A unidade estatística principal dos dados publicados pelo INE era até 1989 o distrito, unidade que em 1990 foi substituída pelas Nuts.

Para assegurar a continuidade e comparabilidade dos dados, com vista ao estudo do envelhecimento demográfico, entre 1950 e 2011, nas diferentes unidades territoriais do país, foi, pois, necessário, converter a informação dantes atribuída aos distritos entre 1950 e 1989, transformando-as em dados referidos às Nuts. Para esta reconversão tomámos com ponto de partida os dados recenseados por concelhos e publicados pelo INE.

Graças a um trabalho muito minucioso, exigente e moroso, passámos a dispor duma base de dados censitários e de dados relativos ao movimento da população, constituída por séries estatísticas temporalmente contínuas.

### Análise regional dos grupos funcionais nos momentos censitários – Clusters

Na análise transversal dos grupos funcionais, avançou-se para a constituição de clusters determinados pelas diferentes combinações das proporções de jovens, de activos e de seniores.

Numa primeira leitura, foram definidos 3 clusters para 1950 e 1960, 5 para 1970, 7 para 1981, 6 para 1991 e 7 para 2001.

A título exemplificativo, apresentam-se os **clusters de 1950**:

1950		PROPORÇÃO DE JOVENS			PROPORÇÃO DE ACTIVOS			PROPORÇÃO DE SENIORES		
Clusters	N	Média	Min	Max	Média	Min	Max	Média	Min	Max
1	138	31,9	28,0	35,1	60,7	56,7	63,4	7,5	4,2	12,4
2	121	26,7	18,9	30,6	65,6	61,5	74,0	7,7	4,1	11,9
3	44	36,3	34,5	40,1	57,5	55,5	58,9	6,2	4,4	8,1

Aplicando os clusters aos concelhos recenseados, obtivemos uma distribuição territorial das estruturas etárias que importa padronizar e cuja coerência e significados devem ser confrontados com as respectivas dinâmicas demográficas.

Foram definidos os seguintes modelos de clusters:

1. O **Cluster 3** caracteriza-se por forte contraste entre os mais jovens e mais idosos: reúne os concelhos com percentagens de jovens mais elevadas e percentagens de seniores mais baixas; dos três clusters, é o que tem menores percentagens de activos.
2. O **Cluster 2** reúne os concelhos com as percentagens mais baixas de jovens, as percentagens mais elevadas de seniores e também de activos
3. O **Cluster 1** reúne concelhos com percentagens elevadas de jovens e percentagens intermédias de seniores e de activos.

O universo das estruturas demográficas que, em 1950 e em 1960 constituía uma realidade pouco diferenciada, diversificou-se a partir de 1970, tornando-se progressivamente mais complexo.

### **Análise cronológica da evolução dos principais grupos demográficos entre 1950 e 2001**

Como todos os processos de mudança demográfica, o envelhecimento das populações transcorre em tempos longos.

Uma primeira observação das pirâmides etárias nacionais (**anexo 1**) dá-nos um retrato, porventura ainda superficial mas instrutivo, do processo de envelhecimento da população portuguesa de 1950 a 2001.

O envelhecimento da base começou em 1970 e foi-se acentuando nas décadas seguintes.

Quanto à população em idade activa, observam-se em 1950 perdas de homens e de mulheres entre os 30 e os 35 anos. Em 1960, essas perdas

estendem-se a idades mais jovens. Mas é em 1970 que os efeitos da emigração, masculina e feminina, são mais importantes.

Em 1991, a pirâmide sofre uma transformação radical, assumindo uma configuração em ânfora sem asas, o que tem a ver com a continuação do estreitamento da sua base e o alargamento das idades intermédias e do topo.

O alargamento do topo iniciou-se em 1981 e daí para a frente tem-se acentuado continuamente.

Contrariando a versão mais corrente, as configurações das populações masculina e feminina são praticamente simétricas. Porém, a população feminina, em todas idades pós-20 anos, é sempre mais numerosa, o que reflecte os efeitos da sobremortalidade masculina.

Nesta investigação sobre o envelhecimento demográfico concentramo-nos, num primeiro momento, sobre os tempos curtos. É a fase da análise transversal, o tempo da conjuntura, da análise do momento. Momento que conta porque, ao somar-se a outros momentos, dá-nos a dimensão das mudanças.

Mas o envelhecimento da população portuguesa é um processo de mudança na longa duração que resulta da soma de acontecimentos de estrutura, medidos nos momentos censitários.

Tendo reunido todos os dados e todos os indicadores sobre o estado das estruturas demográficas portuguesas ao longo de quase 60 anos, a nossa primeira tarefa consistiu em caracterizar o estado da população em cada momento censitário.

Daqui passamos à reconstituição dos efeitos transformadores da soma de cada um desses momentos. Por outras palavras, partimos da perspectiva transversal, a perspectiva do momento, para a perspectiva longitudinal, a visão da longa duração.

Esse trabalho é essencial no plano da interpretação das causas do envelhecimento, trabalho que começou já a ser feito, mas apenas ao nível da formulação de primeiras hipóteses.

O envelhecimento da população portuguesa começou *grosso modo* – essa foi a nossa hipótese de partida - há cerca de 60 anos.

Não é um processo recente e, principalmente, não se sabe se vai terminar e quando. O que devemos investigar é, por um lado, como e por que é que esse processo se desenvolveu e, por outro, enunciar hipóteses quanto à sua evolução para o futuro.

Para já, o que averiguámos foi o seguinte: durante o período compreendido entre 1950 e 2001, a proporção de jovens com menos de 15 anos desceu 45,7%, enquanto que a proporção de seniores maiores de 65 anos aumentou 134,8%. Entre estes dois grupos, nos chamados adultos activos, a evolução foi moderadamente positiva (+ 6,6%).

Analisar, descrever, compreender estas tendências profundas implica o recurso a diferentes instrumentos de análise longitudinal, que nos dêem acesso a uma leitura cronológica das variações nacionais, regionais e sub-regionais da evolução das três grandes estruturas etárias da população de Portugal ao longo desses 60 anos: os juniores menores de 15 anos, os adultos e os seniores maiores de 65.

Nesta primeira fase inicial da nossa análise, recorreremos exclusivamente à medida do crescimento das proporções de jovens, das proporções de adultos e das proporções de seniores entre dois recenseamentos sucessivos. É uma primeira abordagem.

De recenseamento em recenseamento, de década em década, procurámos articular a evolução do peso dos seniores na população, comparada com a evolução dos outros dois grupos. O que faz sentido na medida em que, em cada momento, a soma do peso dos três grupos é sempre igual a 100%.

Mas na longa duração, a leitura cronológica mostrará sempre divergentes resultados, que se devem à independência cumulativa de cada variável. Cada uma varia para onde ou por onde calha.

**Quadro 6. Evolução das proporções de Jovens, Adultos Activos e Seniores, por década, 1950/2001, Nuts II (em %)**

DÉCADA	GRUPOS	PORTUGAL	NORTE	CENTRO	LISBOA	ALENTEJO	AÇORES	MADEIRA
1950/60	Jovens	-0,33	1,25	-1,27	-0,05	-3,06	2,30	0,30
	Adultos	-0,66	-1,87	0,03	-1,21	1,60	-2,23	-1,12
	Seniores	0,99	0,62	1,23	1,26	1,46	-0,07	0,82
1960/70	Jovens	-0,68	-0,38	-1,80	1,97	-2,79	-0,19	0,00
	Adultos	-1,02	-0,89	-0,53	-2,79	-0,65	-1,92	0,00
	Seniores	1,70	1,27	2,33	0,82	3,44	2,10	0,00
1970/81	Jovens	-2,96	-4,98	-3,11	0,22	-1,42	-3,23	-3,88
	Adultos	1,19	3,40	0,78	-1,24	-2,28	0,72	-0,06
	Seniores	1,77	1,58	2,32	1,02	3,69	2,51	3,94
1981/91	Jovens	-5,52	-6,81	-4,91	-5,45	-3,59	-3,25	-6,33
	Adultos	3,36	5,17	2,32	2,88	0,32	2,06	5,19
	Seniores	2,16	1,65	2,59	2,57	3,27	1,19	1,14
1991/01	Jovens	-3,99	-4,61	-3,94	-3,15	-3,74	-5,02	-5,32
	Adultos	1,25	2,08	0,97	0,03	0,02	4,55	3,23
	Seniores	2,74	2,53	2,97	3,12	3,72	0,48	2,10

O que importa é explicar o sentido das mudanças de direcção.

No caso da população sénior, a variação, desde 1950, tem tido um sentido único: em cada década e em todas as regiões<sup>3</sup>, a proporção de seniores observadas no recenseamento seguinte foi sempre superior à proporção observada dez anos antes.

Segunda observação, o peso da população sénior no conjunto da população aumentou continuamente, os seniores ganharam um peso cada vez maior de década para década. Esta tendência também se verifica ao nível das regiões, com pequenas excepções:

- nos Açores, nas décadas de 1980 e de 1991, as proporções de seniores diminuem ligeiramente em relação às décadas anteriores;

- no Alentejo, verifica-se um ligeiro abrandamento do aumento, na década de 1980.

<sup>3</sup> Com a excepção pouco significativa dos Açores que, na década de 1950, teve uma pequena descida de -0,07%

Em contraponto perfeitamente simétrico ao contínuo aumento da proporção de seniores, a proporção de jovens diminuiu em todas as décadas em todas as regiões, com as únicas excepções das regiões Norte, Açores e Madeira nos anos 1950 e de Lisboa nas décadas de 1960 e de 1970.

Mas, na década de 1970, acentuaram-se as perdas de jovens no Norte, o que poderá coincidir com o início da baixa da natalidade nessa região.

O período nevrálgico da perda de jovens localiza-se na década de 1980, quando a diminuição do número de menores de 15 anos atinge os seus valores mais elevados de sempre, a nível nacional (-5,52%), e também na região Norte (-6,81%), na Madeira (-6,33%) e em Lisboa (-5,45%).

As décadas de 1980 e de 1990 exigem uma atenção especial à nossa análise porque nelas se concentram novas dinâmicas migratórias com um aumento do afluxo de imigrantes com possíveis efeitos sobre o rejuvenescimento das estruturas da população.

Nos anos 1980, o aumento significativo da proporção de adultos (+5,17 no Norte, +5,19 na Madeira, +3,36 no território nacional), eventualmente devido à imigração de naturais ou de estrangeiros, contribuiu para moderar os efeitos da forte diminuição de jovens na engrenagem do envelhecimento da população. Esta conjugação de tendências continuou a manifestar-se na década seguinte. Resta apurar o que terá acontecido entre 2001 e 2011.

A evolução da população em idade activa, o seu sentido e significado nos mecanismos de confronto entre envelhecimento e rejuvenescimento demográficos, constituem, assim, uma das principais questões que importa esclarecer nesta investigação.

Na década de 1960, anos das grandes migrações para a Europa, a proporção de adultos diminuiu, a nível nacional, de -1,02, diminuição moderada. Mas a região mais afectada por tal diminuição foi Lisboa (-2,79%), o que é extraordinário se tivermos presente que teoricamente Lisboa, enquanto centro de atracção para novas populações, em particular rurais empurrados

pelo êxodo, deveria ter uma balança migratória positiva nas idades do trabalho. Neste período, todas as regiões foram afectadas por uma diminuição da população adulta. Mas na década seguinte, apenas Lisboa e Alentejo perderam gente teoricamente activa e o Norte registou os maiores ganhos: +3,4%!

Do ponto de vista da análise, há que considerar como seu pressuposto obrigatório que a década de 1970, devido aos fortes movimentos migratórios de sentido contrário, é um período problemático. Não se trata de uma década uniforme e “pacífica”: por um lado, continua a emigração para a Europa, mas, a seguir a 1974, muita gente regressa ou ingressa em Portugal (600.000 ou mais “retornados”, em particular).

Nos anos 1990, os ganhos de adultos são mais importantes nas ilhas do Atlântico.

Sintetizemos algumas das hipóteses possíveis subjacentes a este breve balanço das idas e vindas dos três grandes grupos etários e a sua relação com o envelhecimento da população:

- o aumento substancial do peso dos seniores resultou, tal como se previa, dos efeitos conjugados das variações do peso dos jovens e do dos adultos, ou seja, queda da natalidade e aumento da emigração;

- mas, dado que o aumento dos seniores e a diminuição dos jovens são sistemáticos, paralelos e convergentes, pode-se afirmar que foi a diminuição do peso dos jovens, por outras palavras a diminuição da natalidade, que determinou e acelerou o processo de envelhecimento;

- porém, a influência da baixa dos juvenis no processo de envelhecimento, motivada pela baixa da natalidade a partir da década de 1980, terá sido, por um lado, “compensada” pelo aumento de adultos activos imigrantes - a chamada imigração de substituição - mas, por outro, estará a ser agravada pelo recuo da mortalidade dos seniores e conseqüente aumento da esperança de vida;

- da interacção entre as tendências das populações jovens e adultas e a evolução da população sénior, podemos referir alguns exemplos:

- nos anos 1950, no Alentejo, a forte perda de jovens foi compensada pelo aumento de adultos;

- o mesmo fenómeno aconteceu no Norte durante a década de 1970: menos 4,98% de jovens, conjugados com +3,4% de adultos resultou em apenas +1,58% de seniores;

- idêntico tipo de interacção aconteceu nos Açores na década de 1980 e na Madeira nos anos 1990;

- o oposto deste tipo de dinâmica aconteceu em Lisboa, nos anos 1960, quando a perda de adultos (-2,79%) foi compensada pelos ganhos de juvenis (+1,97%), do que resultou um aumento moderado dos seniores (+0,82%).

Isto é apenas um primeiro exercício metodológico de análise e interpretação.

Pode ser válido ou não, terá ser experimentado a uma outra escala, ao nível das sub-regiões, as chamadas Nuts III, principalmente no sentido de se aprofundar a compreensão das dinâmicas responsáveis pela desertificação e aceleração do envelhecimento das sub-regiões do interior (ver o **anexo 2**, relativo às Nuts III).

Vamos ter que identificar o papel das dinâmicas demográficas, as quais têm nome: natalidade, mortalidade, migrações. É a parte mais difícil, mas também a mais interessante.

## **Desenvolvimento e conclusão do projecto**

Sobre a real dimensão do envelhecimento actual da população portuguesa em toda a sua diversidade e à luz dos parâmetros que continuam a definir a velhice, só nos podemos pronunciar com base nos resultados do recenseamento do próximo ano.

Essa é uma condicionante da investigação, de que depende a análise dos efeitos no processo de envelhecimento da população portuguesa, nos seus diferentes grupos territoriais, não apenas do acentuar da baixa fecundidade durante a última década, mas também da balança migratória e do aumento da duração média de vida.

A partir desta análise, serão afinados os instrumentos e os cenários para a construção de projecções para o futuro.

A ideia de perspectiva é inerente à demografia, na medida em que, sendo a demografia uma ciência que mede o risco de um determinado acontecimento se voltar a produzir, essa capacidade lhe permite perspectivar consequências para o futuro e antever as consequências inerentes a certos factos e tendências.

O aprofundamento do declínio e do envelhecimento demográficos reflectem no nosso tempo a persistência da instabilidade nos planos económico e social e também dos comportamentos demográficos e familiares, o que estimula os factores de incerteza para o futuro.

Nestas condições, as projecções demográficas, porque ajudam a pensar o país e a sociedade hoje, constituem um instrumento de conhecimento crucial. Mas, simultaneamente, face à variabilidade das tendências demográficas e dos contextos económicos e sociais, a construção de projecções tornou-se mais complexa, sendo cada vez mais necessário recorrer a novas metodologias.

Não sendo Portugal um país demograficamente homogéneo, impõe-se naturalmente que seja feito um diagnóstico comparativo e diferenciado acerca da situação actual e das perspectivas das dinâmicas demográficas e envelhecimento regionais<sup>4</sup>.

Actualmente, as projecções demográficas já não se limitam a uma análise determinística, carecem de uma componente probabilística, a qual deve ser

---

<sup>4</sup> Variações demográficas que podem oscilar entre aquilo que João Ferrão designou de “*Portugal sob alta pressão*” - que, em 2001 representava 11% das freguesias e 46% da população residente - e “*Portugal Sonolento*” (45% das freguesias e 11% da população). João Ferrão, 2003. “Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001, INE, *Seminário sobre Censos 2001*

considerada no nosso projecto, sob pena de não produzirmos valor acrescentado em relação às projecções actualmente disponibilizadas quer pelo INE, quer por outras entidades oficiais.

No caso de uma metodologia probabilística, poder-se-á avançar para projecções a vinte - máximo vinte e cinco anos - ou para cinquenta anos, se for utilizada uma análise determinística.

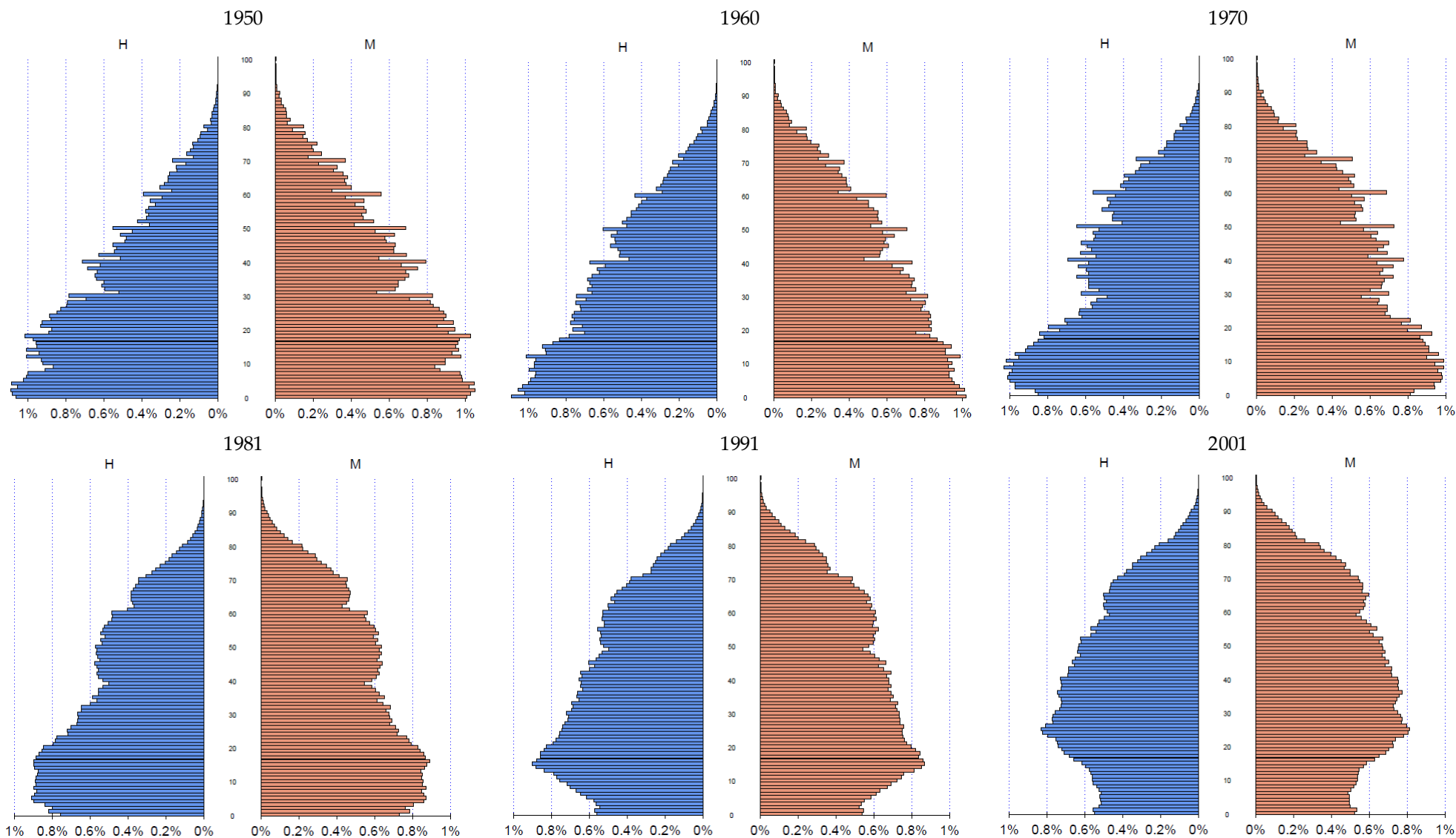
O estudo de projecções já realizadas será determinante para a escolha das opções metodológicas.

Teremos também presentes as recomendações dos mestres da Demografia. Como, por exemplo, de Louis Henry, quando afirmava que a “qualidade das perspectivas não depende de um aparelho matemático sofisticado, antes de uma completa análise retrospectiva da situação e tendências passadas mais ou menos próximas” e que à análise demográfica deve também acrescentar-se a análise de factos sociais, económicos e culturais relevantes <sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Louis Henry, *Perspective démographiques*, Paris, INED, s. d.

# Anexo 1. PIRÂMIDES NACIONAIS 1950-2011



## Anexo 2. EVOLUÇÃO DAS PROPORÇÕES DE JOVENS, ADULTOS E SENIORES, POR DÉCADA, 1950-2011, NUTS III

### Anexo.2.1. Região Norte

ANOS	GRUPOS	NORTE	MINHO-LIMA	CÁVADO	AVE	GRANDE PORTO	TÂMEGA	ENTRE DOURO E VOUGA	DOURO	ALTO TRÁS-OS-MONTES
1950/60	Jovens	1,25	0,14	1,78	1,68	1,94	1,59	0,90	0,14	0,59
	Adultos	-1,87	-1,50	-2,45	-1,93	-2,73	-2,23	-1,06	-0,88	-0,92
	Seniores	0,62	1,35	0,67	0,26	0,79	0,64	0,15	0,74	0,34
1960/70	Jovens	-0,38	-1,30	0,48	-1,09	-0,24	1,16	-0,92	-0,37	-1,67
	Adultos	-0,89	-0,48	-0,96	-0,14	-0,81	-1,77	0,29	-2,15	-1,49
	Seniores	1,27	1,79	0,48	1,23	1,05	0,61	0,62	2,52	3,16
1970/81	Jovens	-4,98	-3,76	-4,96	-5,99	-4,33	-5,42	-5,66	-4,66	-6,01
	Adultos	3,40	1,13	3,74	4,78	2,97	4,16	4,48	1,96	2,73
	Seniores	1,58	2,63	1,22	1,20	1,36	1,26	1,18	2,70	3,28
1981/91	Jovens	-6,81	-6,39	-7,57	-7,20	-6,21	-7,74	-6,86	-6,82	-7,00
	Adultos	5,17	3,71	6,50	6,17	4,58	6,80	5,35	3,82	2,51
	Seniores	1,65	2,68	1,07	1,03	1,63	0,94	1,52	3,00	4,48
1991/01	Jovens	-4,61	-5,56	-5,49	-5,05	-3,68	-4,57	-4,33	-5,77	-6,21
	Adultos	2,08	2,25	3,53	2,80	1,12	2,74	2,05	1,41	0,78
	Seniores	2,53	3,31	1,96	2,25	2,57	1,83	2,28	4,36	5,43

## Anexo 2.2. Região Centro

ANOS	GRUPOS	CENTRO	BAIXO VOUGA	BAIXO MONDEGO	PINHAL LITORAL	PINHAL INTERIOR NORTE	DÃO-LAFÕES	PINHAL INTERIOR SUL	SERRA DA ESTRELA	BEIRA INTERIOR NORTE	BEIRA INTERIOR SUL	COVA DA BEIRA	OESTE	MÉDIO TEJO
1950/60	Jovens	-1,27	0,54	-0,30	-2,57	-2,18	-0,81	-1,98	-1,30	-1,97	-3,41	-1,66	-1,86	-0,98
	Adultos	0,03	-0,99	-0,57	1,18	0,07	-0,21	0,03	-0,13	0,38	1,12	0,56	0,63	-0,69
	Seniores	1,23	0,45	0,86	1,39	2,11	1,01	1,95	1,43	1,59	2,29	1,10	1,24	1,67
1960/70	Jovens	-1,80	-0,60	-1,19	-0,42	-2,03	-1,69	-4,15	-2,78	-2,86	-4,46	-3,99	-1,52	-1,48
	Adultos	-0,53	-0,51	-0,72	-0,33	-1,37	-0,50	0,30	0,09	-1,63	-0,85	0,50	-0,44	-0,75
	Seniores	2,33	1,11	1,91	0,75	3,41	2,20	3,85	2,69	4,49	5,31	3,50	1,96	2,23
1970/81	Jovens	-3,11	-3,78	-1,58	-4,74	-2,74	-3,22	-4,67	-3,73	-5,42	-3,04	-3,43	-1,74	-3,69
	Adultos	0,78	2,41	-0,24	2,86	0,15	0,71	-0,42	0,54	0,90	-2,08	-0,32	-0,13	1,18
	Seniores	2,32	1,37	1,83	1,88	2,59	2,51	5,09	3,19	4,52	5,13	3,75	1,87	2,50
1981/91	Jovens	-4,91	-5,78	-5,42	-5,72	-4,24	-5,35	-4,20	-4,38	-4,18	-3,44	-4,01	-4,54	-4,60
	Adultos	2,32	3,95	3,07	2,94	1,23	2,74	-1,34	1,04	0,61	-0,11	1,26	1,80	1,65
	Seniores	2,59	1,83	2,35	2,78	3,01	2,61	5,54	3,34	3,58	3,56	2,75	2,75	2,95
1991/01	Jovens	-3,94	-4,14	-4,15	-3,86	-3,17	-5,38	-3,47	-5,30	-4,12	-3,02	-4,14	-3,41	-3,33
	Adultos	0,97	1,52	0,64	0,79	1,06	2,38	-2,00	1,18	0,43	-0,42	0,80	0,49	-0,15
	Seniores	2,97	2,62	3,51	3,06	2,11	3,00	5,47	4,12	3,69	3,44	3,34	2,92	3,48

### Anexo 2.3. Lisboa

ANOS	GRUPOS	LISBOA	GRANDE LISBOA	PENÍNSULA DE SETÚBAL
1950/60	Jovens	-0,05	0,12	-1,14
	Adultos	-1,21	-1,52	0,40
	Seniores	1,26	1,41	0,75
1960/70	Jovens	1,97	2,43	-0,24
	Adultos	-2,79	-3,38	-0,39
	Seniores	0,82	0,95	0,64
1970/81	Jovens	0,22	0,14	0,38
	Adultos	-1,24	-1,09	-1,77
	Seniores	1,02	0,95	1,39
1981/91	Jovens	-5,45	-5,37	-5,87
	Adultos	2,88	2,78	3,19
	Seniores	2,57	2,58	2,68
1991/01	Jovens	-3,15	-2,88	-3,95
	Adultos	0,03	-0,16	0,52
	Seniores	3,12	3,04	3,44

### Anexo 2.4. Alentejo

ANOS	GRUPOS	ALENTEJO	ALENTEJO LITORAL	ALTO ALENTEJO	ALENTEJO CENTRAL	BAIXO ALENTEJO	LEZÍRIA DO TEJO
1950/60	Jovens	-3,06	-4,48	-3,23	-3,46	-2,31	-2,41
	Adultos	1,60	3,09	1,30	2,33	1,09	0,75
	Seniores	1,46	1,40	1,93	1,12	1,22	1,66
1960/70	Jovens	-2,79	-5,79	-2,54	-2,35	-2,43	-1,89
	Adultos	-0,65	2,14	-1,37	-0,87	-1,77	-0,49
	Seniores	3,44	3,65	3,91	3,22	4,20	2,38
1970/81	Jovens	-1,42	-1,16	-2,04	-1,23	-2,83	-0,21
	Adultos	-2,28	-2,93	-2,90	-2,77	-2,07	-1,55
	Seniores	3,69	4,09	4,94	4,01	4,90	1,76
1981/91	Jovens	-3,59	-2,51	-3,04	-3,39	-3,82	-4,41
	Adultos	0,32	-0,32	-0,56	-0,03	0,41	1,18
	Seniores	3,27	2,83	3,60	3,42	3,40	3,23
1991/01	Jovens	-3,74	-5,25	-3,24	-3,54	-3,94	-3,44
	Adultos	0,02	0,40	-0,87	-0,45	0,29	0,32
	Seniores	3,72	4,84	4,11	3,98	3,65	3,12

### Anexo 2.5. Algarve

ANOS	GRUPOS	ALGARVE
1950/60	Jovens	-2,29
	Adultos	0,45
	Seniores	1,84
1960/70	Jovens	-2,39
	Adultos	-1,05
	Seniores	3,44
1970/81	Jovens	-0,06
	Adultos	-1,81
	Seniores	1,87
1981/91	Jovens	-3,20
	Adultos	1,71
	Seniores	1,49
1991/01	Jovens	-3,25
	Adultos	1,93
	Seniores	1,32

### Anexo 2.6. Açores

ANOS	GRUPOS	AÇORES
1950/60	Jovens	2,30
	Adultos	-2,23
	Seniores	-0,07
1960/70	Jovens	-0,19
	Adultos	-1,92
	Seniores	2,10
1970/81	Jovens	-3,23
	Adultos	0,72
	Seniores	2,51
1981/91	Jovens	-3,25
	Adultos	2,06
	Seniores	1,19
1991/01	Jovens	-5,02
	Adultos	4,55
	Seniores	0,48

### Anexo 2.7. Madeira

ANOS	GRUPOS	MADEIRA
1950/60	Jovens	0,30
	Adultos	-1,12
	Seniores	0,82
1960/70	Jovens	1,69
	Adultos	-3,36
	Seniores	1,66
1970/81	Jovens	-5,57
	Adultos	3,29
	Seniores	2,28
1981/91	Jovens	-6,33
	Adultos	5,19
	Seniores	1,14
1991/01	Jovens	-5,32
	Adultos	3,23
	Seniores	2,10